

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.399 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2001

**CAS**

**Projeto obriga SUS a ter fila exclusiva para idosos**

PÁGINA 4

**CAE**

**Lei sobre o trabalho temporário pode mudar**

PÁGINA 3

**CRE**

**Indicação de Gregori para embaixador entra na pauta**

PÁGINA 2



Os senadores da CCI começam a analisar a proposta que restringe imunidade parlamentar

## Senado vota logo restrição à imunidade

Tebet crê na aprovação do fim de licença para que parlamentar seja processado criminalmente

O presidente do Senado, Ramez Tebet, acredita na rápida aprovação da proposta de emenda constitucional que limita a imunidade parlamentar, votada em primeiro turno pelos deputados na semana passada. A proposta – que será

examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois submetida ao Plenário do Senado – acaba com a exigência de licença prévia da Casa legislativa para que os parlamentares sejam processados criminalmente.

PÁGINA 5

## Plenário analisa gratuidade do exame de DNA para carentes

Projeto alterando a lei que concede assistência judiciária aos necessitados, a fim de incluir o exame de DNA entre seus benefícios, deve ser votado pelo Senado nesta quarta-feira. A proposta recebeu apoio do relator, Sebastião Rocha. Amanhã, os senadores analisam requerimento de Heloísa Helena para que o TCU realize auditoria no metrô do Distrito Federal.

PÁGINA 3



O projeto de revitalização do rio é acompanhado por comissão especial de parlamentares

## Comissão do São Francisco ouve presidente da Codevasf

PÁGINA 2

## Ida de Gregori para embaixada vai à votação

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota amanhã mensagem em que o Executivo indica o ministro da Justiça, José Gregori, para o cargo de embaixador do Brasil em Portugal. O relator da matéria é o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). A decisão é tomada em reunião secreta.

No mesmo dia, os senadores votam relatório do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), favorável a tratado de parceria entre Brasil e a Federação Russa e, ainda, relatório do senador Tião Viana (PT-AC) relacionado com convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre a atividade noturna.



Fernando Ribeiro assumiu mandato na vaga deixada por Jader

## Senadores pedem reunião para discutir Banpará

Treze senadores de oposição assinaram pedido enviado ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), solicitando convocação de reunião para discutir providências em relação ao senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA), que assumiu dia 25 de outubro a vaga deixada por Jader Barbalho.

Os parlamentares justificam o requerimento no relatório aprovado pelo conselho em 27 de setembro. No documento, lê-se que o senador, então secretário particular de Jader, está entre os beneficiários de recursos desviados do Banco do Estado do Pará (Banpará).

# Comissão ouve Codevasf sobre o Rio São Francisco

Presidente da companhia deve relatar o trabalho desenvolvido para melhor aproveitamento de recursos hídricos na agroindústria

A comissão especial criada para acompanhar e avaliar o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e instalar o respectivo comitê da bacia reúne-se amanhã, às 14h30, para ouvir o presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Airson Bezerra Lócio.

A Codevasf tem por finalidade trabalhar para que sejam melhor aproveitados, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, os recursos de água e solo dos vales do São Francisco e do Parnaíba. A companhia também busca promover o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários.

Na última reunião da comissão,



Waldeck Ornélas criticou redução de recursos orçamentários destinados à revitalização do Rio São Francisco

realizada em 6 de novembro, parlamentares solicitaram ao ministro do Planejamento, Martus Tavares, que os recursos destinados ao projeto de revitalização do rio não sejam reduzidos. O

relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), disse que enquanto o projeto recebeu R\$ 80 milhões neste ano, a previsão orçamentária para 2002 não ultrapassa R\$ 30 milhões.

## Maria do Carmo elogia matéria de jornal sobre o "Velho Chico"

A reportagem intitulada "Velho Chico dá Charme Rústico a Sergipe", de autoria do jornalista Fábio Eduardo Murakawa, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, mereceu elogios da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). A reportagem, disse a senadora, descreve de forma singular uma das regiões mais belas de nosso país, que é a foz do Rio São Francisco.

— O jornalista, com grande maestria, discorre sobre o cenário, a vida da população ribeirinha, suas dificuldades e em especial as atrações turísticas do Baixo São Francisco. A matéria trata de um dos pontos turísticos de Sergipe, onde a beleza natural, o artesanato e os festejos das cidades são seus principais

atrativos — disse.

Maria do Carmo lembrou que o turismo é a indústria mais barata e limpa, devendo ser apoiada, estimulada e divulgada em todos os seus aspectos. A reportagem citada pela senadora destaca a Vila do Cabeço, em Sergipe, ponto final do trajeto de 2.700 quilômetros que o Rio São Francisco percorre entre o sul de Minas Gerais e o Oceano Atlântico. Nesta vila, 80 famílias vivem de maneira ainda rudimentar, em casas feitas com folhas de coqueiro e tiram o sustento da pesca e da caça.

A matéria também trata do que vem acontecendo com o rio e as conseqüências sofridas nos últimos cinco anos pelos moradores da Vila do Cabeço, que tiveram suas casas invadidas pelo mar.



Senadora destaca condições da Vila do Cabeço, ponto final do trajeto percorrido pelo rio

— O ano é de seca severa e as usinas hidrelétricas retêm as águas em seus reservatórios. Com isso, a vazão do rio na foz fica enfraquecida, diminui e, assim, o mar avança em direção ao continente. O único ponto visível da velha Cabeço é o farol antes usado para orientar as embarcações. Ele está hoje dentro do mar — relatou a senadora.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Hora do Expediente: destinada a comemorar o Dia do Aviador.  
Pauta: requerimento solicitando ao Tribunal de Contas da União auditoria no metrô do Distrito Federal; entre outros.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: projeto que cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; entre outros.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: audiência pública para discutir trabalho temporário

10h — Comissão de Fiscalização e Controle  
Pauta: avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos; entre outros.

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: projeto que dá o nome de Nossa Senhora do Pantanal à ponte sobre o Rio Paraguai; entre outros.

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: projeto que trata do acesso do Porto de Capuba à BR — 262/ES; entre outros.

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco

Pauta: exposição do presidente da Codevasf, Airson Bezerra Lócio.

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: indicação do nome de José Gregori para o cargo de embaixador na República de Portugal; entre outros.

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: projeto que amplia concessão do seguro-desemprego; projeto que regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol; projeto que trata das atividades do médico residente; entre outros.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto,

Maria do Carmo Alves e

Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona

Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: José Edmilson Gomes Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Lúcio Alcântara: democratização do acesso à Justiça é instrumento de aperfeiçoamento social

## Alcântara defende consolidação da Defensoria Pública

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a reforma do Judiciário e a consolidação da Defensoria Pública como uma necessidade da cidadania e da organização da sociedade. Para o senador, “se o Brasil quiser ter algum futuro como sociedade organizada”, o país deve superar sua “incapacidade de organizar adequadamente as instituições do Estado” e lutar para que o Poder Judiciário, como um todo, e a Defensoria Pública, em particular, se estructurem para atender à sociedade brasileira do século 21.

Alcântara traçou uma retrospectiva histórica da assistência jurídica gratuita para pessoas necessitadas, instituída nos séculos 5 e 6 no Império Romano e adotada pelo Brasil no início da República. Tornando-se garantia constitucional apenas na Constituição de 1934 e banido da Constituição de 1937, esse direito ressurgiu na Carta de 1946. Na Constituição de 1988, recordou, o direito foi ampliado de assistência jurídica gratuita em juízo para assistência jurídica integral aos necessitados.

O senador classificou como marco a sanção, seis anos depois da promulgação da Constituição de 1988, da lei complementar que organizou a Defensoria Pública. A garantia constitucional, afirmou, visa assegurar o acesso indiscriminado à Justiça, independentemente da situação econômica do cidadão, buscando dar eficácia aos princípios da igualdade perante a lei e da segurança jurídica.

A democratização do acesso à Justiça como garantia fundamental e instrumento de aperfeiçoamento social, aliada à reestruturação do Poder Judiciário, “não pode mais ser adiada sob pena de tornar irreversível o colapso do Estado democrático frente às expectativas da nação”, enfatizou.

# Vai a votação exame de DNA grátis para carentes

Projeto que altera a lei que concede assistência judiciária aos necessitados será examinado na quarta-feira pelo Plenário

O Senado vota nesta quarta-feira projeto destinado a alterar a lei que concede assistência judiciária aos necessitados, a fim de incluir o exame de DNA entre seus benefícios. Oriundo da Câmara, o projeto isenta do pagamento do exame a pessoa que, integrando ação de investigação de paternidade ou maternidade, não possa pagá-lo sem prejudicar o sustento da própria família.

Tendo se manifestado favorável à matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) observou que o texto constitucional hoje protege os filhos havidos fora do casamento ou adotados, proibindo discriminação relativa à filiação. Ele acha, contudo, que continua a incerteza a respeito da paternidade, que é presu-



Sebastião Rocha quer acabar com incerteza a respeito de paternidade

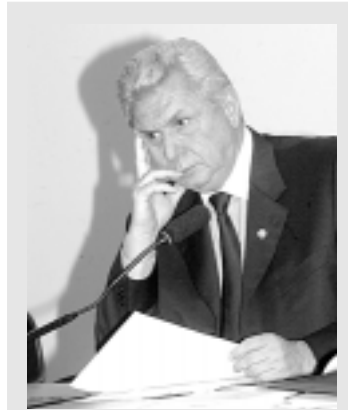
midada, e da própria maternidade, visto ser possível haver fraude na definição da mãe biológica.

Sebastião Rocha disse que essa incerteza deve gerar, mesmo para quem não tem condição financeira, o direito de investigar a paternidade verdadeira. Ele também constatou que a Lei 8.560/92 oferece a possibilidade investigativa da paternidade, mas não prevê a gratuidade dessa investigação. O

projeto que o Senado votará coloca essa gratuidade na Lei 1.060/52, que contempla as isenções das custas processuais.

Amanhã os senadores deliberam sobre requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria no metrô do Distrito Federal, a fim de verificar os quantitativos das medições de serviços realizados naquela obra e determinar o custo real da parte do empreendimento já implantado.

O Senado também inicia a discussão de proposta de emenda à Constituição que estende a quaisquer profissionais de saúde a autorização para acumular dois cargos públicos remunerados. A proposta parte do princípio de que todo e qualquer profissional que atue em saúde pública é um agente promotor de saúde, o que modifica a concepção que privilegia o profissional médico como agente único.



Carlos Bezerra afirma que nunca se falsificou tanto dinheiro no país

## Bezerra sugere que banco assumas cédulas falsas

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apelou ao Banco Central para que tome providências a fim de obrigar os bancos a assumirem responsabilidade por notas falsas eventualmente encontradas em seus caixas eletrônicos. O senador afirmou que nunca se falsificou tanto dinheiro no país: desde a criação do real, as perdas com falsificação atingiram R\$ 35,9 milhões. Segundo o senador, o cliente que recebe uma nota falsa de um caixa eletrônico tem como única opção comunicar o fato, sofrendo prejuízo quase certo.

– Falsificar dinheiro é crime, colocar em circulação cédula falsificada, sabendo do fato, também é crime. O Banco Central parece desconhecer essas normas penais, pois nada faz para impedir que notas falsas alimentem caixas eletrônicos. É um absurdo que os bancos não sejam obrigados a ressarcir os clientes – afirmou.

Para Bezerra, o governo precisa se posicionar a respeito do problema. O senador lembrou que os bancos têm lucros exorbitantes com o dinheiro captado da população. “Não é justo que se recusem a ressarcir prejuízos. Os funcionários que recebem e passam notas falsas deveriam se sujeitar às sanções do Código Penal, como os demais cidadãos”, disse. O senador afirmou que os gerentes das agências alegam não poder ressarcir os prejuízos porque é difícil comprovar que o dinheiro saiu realmente da máquina alegada.

## CAE faz audiência para discutir mudança na lei sobre trabalho temporário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoverá audiência pública amanhã, às 10h, para debater projeto que altera dispositivos da lei que rege o trabalho temporário no país. Conforme a proposta, fica proibida a contratação de trabalhador temporário para substituir trabalhadores em greve. O projeto determina ainda que a contratação do trabalhador temporário se dê por meio de uma empresa de trabalho temporário. De acordo com a legislação atual, a empresa que necessitar de mão-de-obra temporária pode fazer a contratação diretamente com o trabalhador.

Participarão da audiência Almir Pazzianotto, presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Francisco Antonio de Oliveira, presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo; Luigi Neese, presidente da Federação de Serviços de São Paulo; João Felício, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e José Pastore, professor.



O ministro Almir Pazzianotto participa dos debates

## Maguito Vilela diz que requerimento não visa boicotar CPI do Futebol

Por considerar que a imprensa interpretou mal seu requerimento apresentado à CPI do Futebol propondo o encerramento da fase de depoimentos, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) negou que seu objetivo tenha sido o de boicotar o trabalho daquela comissão parlamentar de inquérito. Ele justificou que tomou a iniciativa por julgar que já existem documentos e informações suficientes recolhidas nos depoimentos para encaminhar as ações necessárias contra os acusados.

– Votei favoravelmente à instalação desta CPI e dela faço parte. Tenho participado de todas as reuniões, auxiliando a comissão no esclarecimento da montanha de denúncias contra cartolas e dirigentes de esporte em todo o Brasil. De forma alguma irei posicionar-me contrariamente à punição daqueles que cometeram irregularidades, seja na CBF ou nos clubes de futebol – afirmou Maguito Vilela.

O senador lembrou que desde o seu primeiro dia de mandato tem sido favorável à instalação de todas as comissões parlamentares de inquérito propostas, inclusive a CPI da Corrupção, que teve sua instalação “cassada pelo presidente da República”.



Maguito defende punição de quem cometeu irregularidades



Edison Lobão propõe fim da incidência de fator multiplicador sobre as multas

## Lobão quer reduzir valor de multa no trânsito

O descompasso entre a capacidade de pagamento da população e as multas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, as quais chegam, em alguns casos, a mais de R\$ 1.000, levou o senador Edison Lobão (PFL-MA) a apresentar projeto para eliminar a incidência de fator multiplicador sobre o valor das multas. A matéria seguirá inicialmente para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Lobão assinala que, prestes a completar quatro anos de vigência, o código produziu, além de bons resultados, impasses ainda sem solução. Ele ressaltou que em todo o país os órgãos de trânsito festejam a fabulosa arrecadação obtida com as infrações, enquanto o valor das multas, de tão alto, supera o orçamento da grande maioria dos infratores.

Para o senador, o mecanismo assume um caráter perverso contra a economia popular, na medida em que, além de valores que variam em função da gravidade da falta cometida – de 50 Ufirs a 180 Ufirs –, o Código de Trânsito previu, para infrações selecionadas entre aquelas “de natureza gravíssima,” a possibilidade do aumento da multa.

Ele explicou que, nos casos previstos, esse mecanismo faz disparar para no mínimo o triplo e no máximo o quádruplo o valor original da multa por infração gravíssima, que é de 180 Ufirs.

Lobão reconheceu que o combate à indisciplina e à violência no trânsito constituiu a marca do código, aprovado em 1997, mas observou que a inadimplência que cerca o pagamento de multas revela alguns excessos.

Lauro Campos (PDT-DF) ressaltou, em aparte, que esses excessos caracterizam uma opção da política econômica adotada pelo governo, que não gasta o que arrecada para o bem-estar da sociedade.

# Idosos e gestantes podem ter fila exclusiva em hospital

Proposta que vale para o SUS e conveniados deve ser votada pela Comissão de Assuntos Sociais na quarta-feira

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) deve votar nesta quarta-feira projeto que obriga os hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) e conveniados a manterem locais exclusivos para marcação de consultas ou de exames médicos de idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de colo. O sistema de filas exclusivas já é adotado pelas agências bancárias de quase todo o país, por exigência de lei.

O relator da matéria, senador Ademir Andrade (PSB-PA), informa que já existe uma lei geral determinando às “repartições públicas” que reservem locais próprios para atendimento de idosos,



Geraldo Althoff apresentou parecer favorável ao projeto que estabelece ressarcimento a pacientes do SUS

gestantes e deficientes. No entanto, as clínicas conveniadas do SUS não costumam adotar a fila exclusiva e o projeto quer sanar o problema. A proposta é de autoria da deputada Laura Carneiro (PFL-

RJ) e, se for aprovada pelo Senado, será remetida ao presidente da República.

Na mesma reunião, a CAS irá examinar outro projeto que trata dos hospitais conveniados do SUS. Ele determina que os trabalhadores que moram em locais onde o SUS não possui unidades de emergência poderão ser atendidos em hospitais e clínicas privadas, sendo ressarcidos mais tarde pelo sistema público. Para isso, os acidentados deverão apresentar ao SUS todos os comprovantes de gastos na emergência.

Esse projeto foi apresentado na Câmara pelo deputado Paulo Paim (PT-RS) e, no Senado, conta com parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Paulo Paim sustenta que o SUS tem atendido a poucos ressarcimentos dessa natureza.

## Infra-Estrutura vota inclusão de rodovia no Plano de Viação

A criação de uma rodovia ligando o Porto de Capuaba à BR-262/ES poderá ser votada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que se reunirá amanhã, a partir das 14h. Projeto de lei de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que tramita em caráter terminativo, inclui esse trecho de acesso no Plano Nacional de Viação, do Ministério dos Transportes. Segundo Camata, a rodovia de ligação é importante por reduzir o custo dos transportes e eliminar o tráfego de caminhões

provenientes do Porto de Capuaba com destino às rodovias federais BR-101 e BR-262, que utilizam vias urbanas, municipais e estaduais da Grande Vitória.

Também em caráter terminativo, a CI poderá votar projeto de lei do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que repassa ao município a responsabilidade normativa sobre a obrigatoriedade do uso de energia solar em novas edificações de uso coletivo, privadas e públicas como fonte de aquecimento de água. Segundo Ademir,



Proposta de Gerson Camata tramita em caráter terminativo na Comissão de Infra-Estrutura

a iniciativa pretende atender às diversas realidades locais e atinge apenas municípios com mais de 20 mil habitantes.

## Mozarildo critica medidas impostas pela OMC ao Brasil

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) criticou as medidas impostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) contra produtos brasileiros de exportação cujo processo de produção pode afetar o meio ambiente. Para o



Mozarildo aponta impacto negativo no mercado de trabalho

senador, essas medidas deveriam ser destinadas aos Estados Unidos, que “têm muito pouco respeito ao projeto de desenvolvimento sustentável e ao futuro da

Humanidade”.

— Na opinião de muitos participantes do Fórum Internacional Rio + 10, sobre os dez anos da Rio 92, realização em outubro, a atitude da OMC não tem sentido. Reveste-se de discriminação e causará impacto negativo sobre o mercado de trabalho nacional.

Mozarildo disse que os Estados Unidos, além de não respeitarem regras de proteção ao ambiente,

garantem subsídios aos seus agricultores, ressaltando que “mesmo o produtor americano totalmente incompetente em sua atividade não sabe o significado da palavra prejuízo em sua lavoura porque o Tesouro americano é seu grande protetor”.

O senador disse acreditar que a OMC é uma entidade em que os países economicamente mais fortes têm maior poder de decisão. Para ele, as barreiras impostas ao Brasil sob o pretexto de preservação ambiental são “orquestradas por interesses poderosos, que manipulam as regras do jogo da economia internacional e empurram a maioria dos habitantes do planeta para o abismo da miséria”.



Ademir Andrade disse que advogado já negociou republicação de notícia

## Ademir contesta nota de jornalista sobre imunidade

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou em Plenário contra nota da colunista Mônica Bérnago, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, insinuando que o Senado estaria retardando a aprovação da medida provisória que restringe a imunidade parlamentar. Segundo Ademir, a jornalista justificou esse desinteresse com o argumento de que seis senadores estariam respondendo a processo pela prática de crime comum.

Incluído na relação de senadores processados, Ademir acusa a colunista de haver distorcido informações. O senador admite estar sendo processado por crime de opinião, em função de denúncias feitas contra a ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá. Mas esclarece que esse processo é bem diferente do movido contra quem roubou ou matou, atos classificados como crimes comuns.

Ademir disse que seu advogado já negociou a revisão e republicação da nota com Mônica Bérnago. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) se solidarizou com Ademir e se mostrou confiante de que a nota não irá manchar a conduta dele no Senado.

SERRA

Ademir defendeu o ministro da Saúde, José Serra, acusado em reportagem do jornal *Correio Braziliense* de privilegiar aliados com liberação de verbas de sua pasta. Embora a matéria informe que nenhuma das 14 emendas do senador pelo PSB ao Orçamento de 2001 tenha sido sequer empenhada, Ademir garantiu que elas estão em vias de liberação.

Em aparte, Artur da Távola (PSDB-RJ), líder do governo, classificou o posicionamento de Ademir sobre a gestão de Serra como “coerente, claro e franco”. E condenou a análise que a imprensa costuma fazer da liberação de recursos públicos para emendas parlamentares.



# Tebet: limite à imunidade será votado este ano

Presidente do Senado afirma que, tão logo chegue da Câmara dos Deputados, matéria vai tramitar o mais rápido possível. Proposta acaba com exigência de autorização prévia do Legislativo para que parlamentar seja processado criminalmente

## Como é a imunidade hoje, o que propôs o Senado e o texto aprovado pela Câmara

### Hoje:

A Constituição diz que os deputados e senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos. Desde a expedição de seus diplomas, os parlamentares não podem ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença da Casa a que estiverem vinculados. Mesmo presos por crime inafiançável, é necessário que os autos do inquérito sejam remetidos em 24 horas à Casa respectiva que vai resolver sobre a formação de culpa por voto da maioria em sessão secreta. No caso de outros crimes, é necessária aprovação de dois terços da Casa para que seja instaurado processo judicial. Não há prazo estabelecido para a decisão.

### Texto enviado pelo Senado à Câmara:

O substitutivo do senador José Fogaça (PPS-RS) enviado à Câmara em junho de 1998 mantém a proteção de votos e opiniões e a proibição de que parlamentares possam ser presos, salvo em caso de flagrante delito. Mantém ainda a proibição de que sejam instaurados processos criminais sem prévia autorização do Senado ou da Câmara, mas estabelece prazo de 120 dias para que seja decidida a autorização. Caso o pedido de licença para processar não seja votado nesse período, considera-se como concedida a solicitação.

### Proposta aprovada pela Câmara:

O texto da Câmara que será votado pelo Senado mantém a imunidade para proteger votos e opiniões, bem como a proibição de prisão, exceto para casos de crimes inafiançáveis. A novidade é que acaba a necessidade de que haja autorização prévia do Senado ou da Câmara para que os parlamentares possam ser processados criminalmente. O Supremo Tribunal Federal terá de comunicar à Casa respectiva a instauração do processo e os parlamentares poderão decidir sustar processos já iniciados até o anúncio da decisão final. Caso haja esse pedido de sustação, a Casa terá o prazo de 45 dias improrrogáveis para se pronunciar a respeito.

A proposta de emenda constitucional que limita a imunidade parlamentar deve ser aprovada rapidamente no Senado. A previsão é do presidente da Casa, Ramez Tebet, e tem como base a constatação de que as medidas contam com o apoio de todas as lideranças partidárias da Casa. Na primeira votação da matéria, ocorrida em 1998, os senadores foram unânimes na aprovação de restrições à amplitude da imunidade.

— Assim que chegar da Câmara, a emenda vai tramitar o mais rápido possível. Não haverá nenhuma demora aqui, a não ser a dos prazos legais, e nos esforçaremos para que tudo termine antes do recesso — afirmou Tebet.

A emenda constitucional aprovada pela Câmara na semana passada tem como ponto de partida a proposta aprovada pelos senadores. Como os deputados fizeram mudanças no texto, a matéria volta para o Senado, onde passará pela análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e depois será submetida a dois turnos de votação em Plenário.

A principal mudança feita pela Câmara refere-se ao fim da exigência de autorização prévia da Casa legislativa para que os parla-



Segundo Ramez Tebet, proposta de emenda constitucional que impõe restrições à imunidade conta com apoio de todas as lideranças partidárias na Casa

mentares sejam processados criminalmente. A proposta do Senado estabelecia o prazo de 120 dias para que houvesse decisão sobre o pedido para a abertura do processo. Caso esse período fosse ultrapassado, a solicitação seria considerada aprovada.

Para o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o texto da Câmara é melhor que o inicial. Ele também prevê que a proposição será aprovada sem problemas no Senado. Dutra só lamenta que o Legislativo tenha demorado a tomar a decisão de restringir a imunidade.

Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), também autor

de proposta que limitava a imunidade, lamentou que matérias importantes como essa fiquem “trancadas nas gavetas da Câmara”, após serem aprovadas no Senado. O parlamentar atribuiu à cobrança da sociedade a decisão daquela Casa de aprovar agora a proposta, pelo placar de 412 votos favoráveis, com somente nove contrários.

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), autor da emenda que deu origem ao texto aprovado pela Câmara, afirma que a mudança no instituto da imunidade é uma reivindicação da sociedade, cuja aprovação vai resultar no avanço da garantia de igualdade de direitos entre todos.

## Como o instituto é aplicado em vários países do mundo

**INGLATERRA:** protege exclusivamente a atividade relacionada com o parlamento.

**ESTADOS UNIDOS:** protege somente discursos e debates e proíbe prisão durante as sessões e nos percursos de ida e volta delas. A exceção fica por conta de crime de traição, crime comum ou perturbação da ordem pública.

**PORTUGAL:** protege voto e opiniões. Proíbe prisão por crimes cuja pena seja inferior a três anos, exceto se houver flagrante delito. Em caso de processo, a Assembleia de Deputados decide sobre a suspensão do mandato.

**ESPAÑA:** protege as opiniões manifestadas no exercício da função e só autoriza prisão em caso de flagrante delito. Os parlamentares só podem ser processados se houver autorização da Câmara respectiva e há foro especial (a Sala Penal do Tribunal Supremo).

**FRANÇA:** protege opiniões e votos decorrentes do exercício da função e proíbe prisão sem prévia autorização da Mesa da Câmara a que pertencer, exceto em flagrante delito, mas somente durante o período das sessões. Fora desse período, os parlamentares podem ser detidos, mas a Câmara tem a prerrogativa de suspender a prisão.

**ITÁLIA:** protege votos e opiniões e nega autorização prévia para processo penal contra deputados e senadores, exceto para casos de flagrante delito. Os detalhes da imunidade são definidos em lei ordinária.

**ARGENTINA:** protege votos e opiniões e proíbe processo penal, exceto para casos de flagrante. A câmara respectiva precisa ser informada do fato. Para instauração de processos por crimes de outra natureza, é necessária autorização de dois terços dos votos de cada casa parlamentar.

## Senado aprovou proposta inicial em 1998

O Senado começou a discutir em 1995 a limitação da imunidade parlamentar. Naquele ano, o senador paraibano Ronaldo Cunha Lima, então do PMDB, apresentou proposta de emenda constitucional que acabava com a necessidade de licença prévia para que o Supremo Tribunal Federal pudesse processar deputados e senadores.

A Casa legislativa teria que se pronunciar sobre o assunto somente quando o processo já estivesse em fase de julgamento. O parlamentar, na proposta do senador Ronaldo Cunha Lima, poderia renunciar a sua imunidade para permitir o julgamento, mesmo sem manifestação da Câmara ou do Senado.

À proposta de Ronaldo Cunha Lima foram anexadas outras oito, todas estabelecendo restrições ao alcance da imunidade parlamentar. Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB), Carlos Wilson (PTB-PE), Bernardo



O substitutivo aprovado pelo Senado em 1998 foi elaborado por Fogaça, que relatou as propostas em tramitação na Casa

Cabral (PFL-AM) e os então senadores José Serra (PSDB-SP) e Odacir Soares (PFL-RO) foram autores de propostas que tramitaram em conjunto com a de Ronaldo Cunha Lima e resultaram no texto aprovado na semana passada pela Câmara.

O texto final do Senado sobre o assunto é de autoria do senador José Fogaça (PPS-RS), a quem coube relatar as propostas que trata-

ram da imunidade parlamentar. Ele optou por um substitutivo, aprovado em junho de 1998, que mantinha a necessidade de autorização da Casa legislativa para que os parlamentares fossem processados, mas estabeleceu o prazo de 120 dias para a tomada da decisão. No fim desse prazo, caso não tivesse ocorrido a votação da matéria, a autorização seria considerada aprovada.

A votação do substitutivo recebeu a aprovação unânime do Plenário (foram 60 votos favoráveis e nenhum contrário). Na ocasião o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez pronunciamento em que declarava considerar histórica a decisão. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou a decisão de Fogaça de proibir a renúncia do parlamentar à imunidade. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), então líder do Bloco Oposição, pediu, juntamente com Simon, que a Câmara analisasse com rapidez a proposta.

# Reserva de cota é inconstitucional, diz Patrocínio

Para senador, projeto em exame na Casa que garante para população negra 20% das vagas nos concursos públicos, universidades e contratos de financiamento estudantil desrespeita princípio da igualdade de todos perante a lei



O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) manifestou-se contra o projeto que estabelece a cota mínima de 20% para a população negra no preenchimento de vagas em concursos públicos. De autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), o projeto prevê ainda que 20% das vagas nas universidades públicas e dos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (programa que substituiu o Crédito Educativo) de-

vem ser destinadas a negros.

O parlamentar entende que o projeto desrespeita a Constituição, que garante a igualdade de todos perante a lei "sem distinção de qualquer natureza". Para ele, uma cota de 20% das vagas aos negros não faz justiça nem mesmo entre a população negra do país, "já que esta ultrapassa os 40%".

— Antes de se garantir ao negro uma vaga na universidade é necessário assegurar que ele tenha

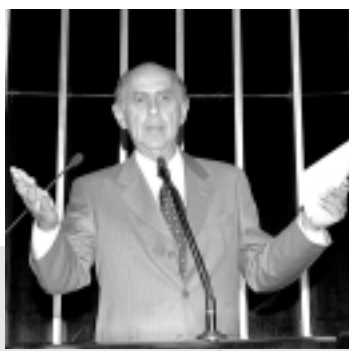
condições financeiras para que não seja obrigado a deixar de estudar antes mesmo de estar em idade de ingressar na universidade — disse Patrocínio.

O senador citou reportagem do *Jornal do Brasil*, que informou que um advogado negro, aprovado em concurso para o cargo de juiz, foi preterido por causa da cor. Patrocínio disse que esse tipo de situação ilustra o comportamento discriminatório do brasileiro.

## Comissão de Educação examina mudança na lei sobre TV a cabo

A Comissão de Educação deverá analisar parecer do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) favorável ao projeto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que corrige um erro de grafia na lei que trata dos serviços de televisão a cabo. A norma em vigor impede o amplo acesso das instituições de ensino superior à produção, programação e veiculação de programas de caráter educativo nos canais universitários. A matéria está na pauta da reunião marcada para amanhã, às 11h30.

Também está na pauta da Comissão de Educação parecer do



Mauro Miranda apresentou parecer ao projeto, de autoria do deputado Aldo Rebelo

senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pela aprovação do projeto do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) que dá o

nome de Paulo Curado a trecho da rodovia BR-235. O relator, Jonas Pinheiro (PFL-MT), é favorável a projeto semelhante, dos senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e Lúdio Coelho (PSDB-MS), e do então senador Pedro Ubirajara (PSDB-MS), que denomina Nossa Senhora do Pantanal a ponte sobre o Rio Paraguai, no município de Corumbá (MS).

Integram ainda a pauta de 16 itens da Comissão de Educação projetos de autorização e outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de rádio e televisão.

## Entidades recebem exemplares da Constituição gaúcha em braile

Sete entidades gaúchas de apoio a portadores de deficiência visual receberam na sexta-feira os primeiros exemplares da Constituição do Rio Grande do Sul em braile, publicada pelo Senado. A entrega foi feita pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), em ato realizado no estande do Senado na 47ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Simon salientou, na ocasião, a importância das publicações do Senado, que abrangem temas históricos, políticos e legislativos, entre outros, e manifestou sua satisfação pelo edição da Constituição gaúcha em braile, numa iniciativa de "grande significado" para os portadores de deficiência visual. Em nome das entidades, agradeceu o dirigente da Federação Rio-Grandense de Entidades

para Cegos, Marco Antonio Bertoglio.

Após a solenidade no estande do Senado, Pedro Simon foi ao pavilhão de autógrafos da Feira do Livro, onde lançou *Pasqualini - Textos Escolhidos* (coletânea de textos de Alberto Pasqualini, intelectual, político e teórico do trabalhismo) e *A Luta pela Candidatura Própria do PMDB* (coletânea de discursos), e ainda autografou um livro sobre sua própria trajetória política, escrito pelo jornalista



Simon entrega a dirigente de entidade de deficientes visuais exemplar da Constituição editada pelo Senado

José Bachieri Duarte.

O estande do Senado também recebeu a visita dos presidentes da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiasi, e de Santa Catarina, Onofre Santo Agostini.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 — *Agenda Econômica* — O presidente da Embratur, Caio Luiz Carvalho, fala sobre o turismo e a crise internacional  
7h30 — *Entrevista* — O senador Iris Rezende fala sobre o programa de bolsas de estudo  
8h — *Journal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — *Saúde/Unip* — *Violência* — Parte 1  
9h — Subcomissão do Cinema, Comunicação Social e Informática — Debate sobre a MP 2228-1 acerca dos princípios gerais da política nacional de cinema. Com Vladimir Fernandes — pres. Assoc. Bras. Empresas Cinematográficas Operadoras de Multiplex (Abraplex); José Augusto Pinto Moreira — pres. Assoc. Bras. de Telecomunicações por Assinatura (ABTA); Carla Camurati — Cineasta; Sílvia Rabelo — dir. Assoc. Bras. das Empresas de Infra-Estrutura Cinematográfica e Audiovisual (Abeica); Cláudia Teixeira — assessor Jur. Casa Civil da Pres. da República (gravado)  
11h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
12h — *As Cores do Brasil* — Os Fortes de Recife  
12h30 — *Entrevista* — O senador Iris Rezende fala sobre o programa de bolsas de estudo  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — *Entrevista* — O senador Alvaro Dias fala sobre a reforma do Legislativo  
19h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos

#### projetos

19h30 — *Agenda Econômica* — O presidente da Embratur, Caio Luiz Carvalho, fala sobre o turismo e a crise internacional  
20h30 — *Entrevista* — O senador Iris Rezende fala sobre o programa de bolsas de estudo  
21h — *Journal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música, informação e serviço  
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviço  
9h30 — *Festa de Arromba* — Nos tempos da Jovem Guarda  
13h30 — *Festa de Arromba* — Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h30 — *A Voz do Brasil*  
20h — Música, informação e serviço  
20h30 — *Festa de Arromba* — Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — *Vozes do século XX*



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirecTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Eduardo quer código para ocupação da Amazônia

O senador considera urgente a definição de estratégias, conceitos, políticas e recursos para a região, que deve ser tratada, disse, como “eixo e âncora de desenvolvimento nacional e instrumento de integração soberana do Brasil”

## Habitação pode ter R\$ 350 mi no Orçamento, anuncia Jucá

A reestruturação patrimonial realizada pela Caixa Econômica Federal (CEF) foi elogiada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), ao anunciar que já está prevista no Orçamento Geral da União para 2002 a utilização de R\$ 350 milhões no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), com recursos da própria instituição. Segundo disse, a suspensão do programa Carta de Crédito Caixa, voltado para famílias de classe média, se

deve às más condições atuais de captação de recursos na caderneta de poupança.

— São R\$ 33 bilhões arrecadados mediante poupança, diante de R\$ 46 bilhões em financiamento. Nesse contexto, a Caixa é o único banco que opera com empréstimos em habitação num volume bem superior aos recursos captados em poupança. Evidentemente, trata-se de um negócio insustentável, que levaria a instituição a um novo desequilíbrio patrimonial e à necessidade de novo aporte de capital — explicou.

Jucá afirmou que o governo estuda alternativas para financiar a casa própria para a classe média, como a oferta de consórcios fiscalizados pela CEF e a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar a habitação.



Segundo Romero Jucá, os recursos serão destinados ao Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

## Machado quer reforma do Código de Processo Penal

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE) defendeu a modernização do Código de Processo Penal, necessária, afirmou, para combater a criminalidade. Machado lembrou que, no momento, a Câmara discute a reforma do Código de Processo Civil, e o Senado examina a reforma do Poder Judiciário. A seu ver, “não há sentido em deixar de lado” o Código de Processo Penal.

Machado considerou que, entre todas as mudanças do Judiciário que o Congresso vem examinando, uma das mais importantes será o efeito vinculante das decisões dos tribunais superiores para as instâncias inferiores, o que reduziria a quantidade de ações na Justiça e colocaria “um freio” na “indústria de recursos protelatórios”.

Ele elogiou a decisão do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da reforma do Judiciário, de prever o efeito vinculante para as decisões do Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Traba-

lho, e não apenas para as do Supremo Tribunal Federal, como querem os deputados.

Por sua vez, disse Sérgio Machado, o projeto que altera o Código de Processo Civil dá outro passo para agilizar a Justiça: o STF só cuidará de ações de caráter constitucional, ficando o Superior Tribunal de Justiça com as outras matérias.

— Com isso, a maioria das ações poderia acabar na segunda instância, não precisando mais chegar a Brasília. Para os usuários da Justiça, haveria grande economia de dinheiro.



Para Sérgio Machado, a reforma é necessária para combater a criminalidade no país

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu a criação de um Código de Desenvolvimento da Amazônia com estratégias, conceitos, políticas e recursos para a região a serem definidos por comissão formada de parlamentares, técnicos e representantes da sociedade. Segundo disse, é urgente implementar uma política de ocupação da Amazônia, pois a região deve ser tratada como “eixo e



Eduardo Siqueira Campos questionou o conhecimento efetivo que o Brasil tem sobre a região amazônica

âncora de desenvolvimento nacional, como instrumento de integração soberana do Brasil no processo de globalização”.

A comissão especial, conforme a proposta do senador, teria a tarefa de encaminhar essa nova perspectiva para o país.

— Pretendo, com meus companheiros de todas as bancadas do Brasil, sobretudo da Amazônia, iniciar esse trabalho. Precisamos nos unir, senão fecharão

de vez as possibilidades de desenvolvimento da Amazônia. Não podemos deixar que continuem falando por nós — observou o senador, ao comentar artigos publicados sobre a região pela organização não-governamental Amigos da Terra.

Eduardo Siqueira Campos disse que recebeu “um angustiado cartão” do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) sobre o assunto, juntamente com vo-

lume da coletânea “Debate sobre políticas públicas para a Amazônia”, que reúne os artigos publicados pela ONG.

— Tem razão o nobre senador. Sobre a Amazônia falam todos. Falam os ingleses, os suecos, os americanos. Falam os japoneses, os alemães, os canadenses. Falam os paulistas. Às vezes os gaúchos, os poetas, os patriotas, os comerciantes, os grileiros. Falam os militares, falam os madeireiros. Mas

o que fala o Brasil sobre a Amazônia? O que sabe o Brasil, que conhecimento efetivo tem o Brasil sobre a Amazônia?

Para o senador, a região continua desconhecida e ignorada pelo país, “enquanto crescem sobre ela os olhos do mundo”. Na Amazônia, completou, está a maior reserva mundial de recursos naturais, biodiversidade e de recursos hídricos, entre outros.

## Carlos Patrocínio denuncia tráfico de animais silvestres

O tráfico de animais silvestres no Brasil movimentava valores equivalentes a US\$ 1 bilhão por ano, segundo denúncia feita em Plenário pelo senador Carlos Patrocínio (PTB-TO). Por conta desse tráfico, que de acordo com o senador envolve grandes multinacionais da indústria de medicamentos, são mortos anualmente no país 12 milhões de animais.

Carlos Patrocínio mostrou dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) segundo os quais o comércio ilegal de animais silvestres no mundo envolve recursos no valor de aproximadamente US\$ 10 bilhões, perdendo somente para o tráfico de drogas e de armas.

Em cada dez animais capturados no Brasil apenas um sobrevive, informou Carlos Patrocínio. Conforme disse, milhares de famílias pobres no país são usadas pelos traficantes no trabalho de captura, e existiria ainda a participação de grandes empresas multinacionais. Como exemplo, Carlos Patrocínio disse que um dos maiores exportadores de veneno

de jararaca do mundo é a Suíça, onde não existe esse animal, tipicamente brasileiro.

A cotação do veneno da jararaca no mercado internacional, afirmou o senador, é de US\$ 600 o grama. O veneno da cascavel chega a US\$ 1.200 o grama. A substância é utilizada como matéria-prima básica de uma série de medicamentos, principalmente nos anti-hipertensivos, que movimentam anualmente meio bilhão de dólares no mundo.

À medida que a ciência descobre novos medicamentos a partir da utilização de animais dos trópicos, aumentam ainda mais os perigos do tráfico de animais silvestres no Brasil, alertou o senador. Carlos Patrocínio lembrou que, recentemente, descobriu-se uma substância anestésica em sapos da Amazônia 247 vezes mais potente que a morfina. A substância, disse, vai revolucionar o mercado farmacêutico mundial.

Sobre a disparidade dos valores envolvidos no tráfico de animais silvestres, Patrocínio afirmou que um mico-leão dourado é vendido no interior do Brasil por US\$ 180,



Patrocínio afirmou que tráfico de animais no Brasil movimentava cerca de US\$ 1 bilhão por ano

apesar de ser facilmente comercializado na Europa por US\$ 15 mil. Um melro é vendido no Sul do país pelo equivalente a US\$ 150, e chega a US\$ 13 mil nos Estados Unidos.

Carlos Patrocínio destacou também o esforço que vem sendo feito no Brasil para combater o tráfico de animais silvestres, trabalho que tem envolvido o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Federal e várias organizações não-governamentais (ONGs). Estão sendo desenvolvidos ainda programas de conscientização das populações e de criação de alternativas de trabalho para as famílias que sobrevivem com a captura de animais silvestres.

# Távola destaca êxito do Brasil no exterior

O presidente Fernando Henrique, na opinião do senador, contribuiu para que o país assumira o papel de líder dos emergentes

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), atribuiu o êxito da política externa brasileira ao trabalho administrativo que o presidente Fernando Henrique Cardoso vem desenvolvendo ao longo desses últimos sete anos à frente do Executivo. Para ele, a solidez da economia, o controle da inflação, a plenitude democrática e o combate às injustiças sociais dão crédito para que o Brasil seja respeitado no exterior e assumira o papel de líder dos países emergentes.

Artur da Távola disse que, graças ao talento pessoal de Fernando



Brasil deixou de ser visto como o país "do samba, do futebol e do café", afirmou Artur da Távola em Plenário

Henrique Cardoso, o Brasil não é mais visto na Europa e nos Estados Unidos como um país "do samba, do futebol e do café". Atualmente,

observou, o país é reconhecido como uma nação madura, amparada por uma economia estável, aberta e pluralista.

— O Brasil é hoje um país respeitado no exterior porque possui um governo que tem rumo e que luta para diminuir as desigualdades sociais aplicando cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) no combate à fome e à miséria — disse Artur da Távola, ao destacar a recente viagem de Fernando Henrique à Euro-

pa e aos Estados Unidos, onde foi recebido por chefes de Estado e chegou a ser aplaudido na Assembleia Nacional francesa.

## Lauro: crise tira legitimidade de FHC

O senador Lauro Campos (PDT-DF) fez em Plenário uma análise da realidade brasileira, concluindo que "há muito tempo a crise governa o governo e agora vem tirando legitimidade de Fernando Henrique Cardoso". Na avaliação do parlamentar, a economia brasileira, a exemplo de boa parte do capitalismo internacional, vive "as crises das varetas, onde uma crise setorial puxa a outra".

Ao longo de uma reflexão sobre a evolução do capitalismo, o senador concluiu que processos como a acumulação de capital, o combate à inflação, a evolução das dívidas públicas (interna e exter-

na), a concentração de renda e a promoção do crescimento, se entrelaçam em uma sucessão de eventos que geram crises específicas e cada uma delas interage com as demais.

Cada brasileiro, destacou, "nasce devendo cinco mil reais por conta da dívida pública e a situação está se agravando em países como o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos, além do bloco formado pela União Européia".

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), na condição de líder do governo no Senado, registrou que divergia do que considera uma "visão catastrófica" de



A dívida pública faz com que cada brasileiro já nasça devendo R\$ 5 mil, afirmou o senador

Lauro Campos sobre a evolução da economia brasileira e, em particular, do desempenho de Fernando Henrique Cardoso.

## Lobão quer melhor distribuição de renda

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que o Brasil precisa dar um salto qualitativo de crescimento para ampliar a participação da população nos resultados econômicos. Para chegar lá, governo e sociedade precisam se unir para melhorar a distribuição de renda e valorizar recursos materiais e humanos no mercado interno, afirmou.

Lobão fez um retrospecto do Plano Real e das conquistas obtidas na área de educação, como a prioridade para a universalização

do acesso ao ensino fundamental. Elogiou também o setor agrícola, que superou a marca de 94 milhões de toneladas de grãos no ano-safra 2000/2001. E mencionou, ainda, a consolidação da democracia.

Segundo Lobão, analistas de Wall Street e governos estrangeiros sabem da força do Brasil hoje na política e economia mundiais.

Para o futuro, Lobão prevê o amadurecimento do processo democrático e o florescimento da economia, desde que todos lutem

para atingir essas metas. O Congresso Nacional tem oferecido à nação e ao governo federal, disse, substancial colaboração com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a votação das propostas orçamentárias para garantir equilíbrio econômico e financeiro.

— É justamente esse equilíbrio que nos proporcionará as condições para os investimentos nacionais e estrangeiros, em todos os setores, especialmente na área social — concluiu.

## Heloísa apóia professores e servidores do INSS em greve

Ao manifestar sua preocupação com o impasse que se instalou entre o governo e os professores universitários que estão em greve há mais de dois meses, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apelou por uma solução rápida para o problema. Ela disse que apóia de forma incondicional o movimento grevista, não apenas dos docentes, mas também dos demais funcionários públicos do país, como os da Previdência Social.

Heloísa disse também que amanhã haverá nova rodada de negociações entre governo e grevistas, na qual ela espera que "os mecanismos de diálogo possam ser restabelecidos", a fim de evitar que vários jovens, pais e familiares, hoje angustiados pela possibilidade de não realização do vestibular, sejam prejudicados.

— Ainda assim, eu que tenho um filho que também pode ficar sem o vestibular, presto total solidariedade aos servidores que estão sendo massacrados pela falta de sensibilidade do governo — frisou a senadora.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apoiou a senadora, observando, no entanto, que o governo não atende a todas as reivindicações dos professores



A senadora disse que a falta de sensibilidade do governo federal é responsável pelas paralisações

simplesmente por não querer, mas porque não tem condições orçamentárias para isso.

A senadora aproveitou para destacar a informação que obteve do próprio ministro de Minas Energia, José Jorge, de que será construída uma termelétrica em Alagoas, devido às reservas de gás do estado.

Para ela, a iniciativa é positiva, embora ressalte que a medida não irá solucionar em definitivo o problema da energia na região.

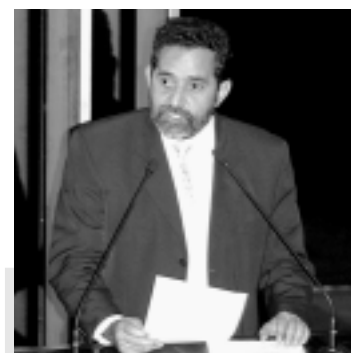
— O governo precisa é investir em novos componentes de matriz energética e revitalizar o Rio São Francisco — disse, com o apoio do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO).

## Gilvam pede à Petrobras que impeça venda de navios

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou em Plenário que encaminhou carta, com a assinatura de 70 senadores, ao presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, apelando para que a Transpetro, subsidiária da estatal responsável pelo transporte de petróleo, derivados e produtos petroquímicos, não venda três navios de sua frota.

Segundo Gilvam, a venda dos navios vai abrir a possibilidade de a navegação de cabotagem ser feita por estrangeiros, que irão cobrar em dólar pelo serviço. Para ele, a medida pode trazer consequências negativas à economia nacional.

O senador também argumentou que a venda dos navios, que são lucrativos e garantem empregos a brasileiros, é uma incongruência, especialmente no momento em que a Petrobras se prepara para inaugurar um novo pólo



Gilvam: 70 senadores pediram o cancelamento da venda de três navios da Transpetro

petroquímico no Rio de Janeiro. Ao contrário do que se planeja, para Gilvam a solução seria o aumento da frota da Transpetro.

— Apelo para que o presidente da Petrobras demova a Transpetro de vender os navios, pois isso trará consequências desastrosas à economia. Esta Casa está acompanhando com preocupação esse processo — afirmou.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Artur da Távola, Ademir Andrade, Gilvam Borges, Carlos Patrocínio e pela senadora Heloísa Helena